

"Gente, desequilíbrios e metas sociais"

People, unbalance and social goals/ *Gente, desequilibrio y metas sociales*



Celso Foelkel,
Universidade Federal de Santa Maria-RS
E-mail: foelkel@pro.via-rs.com.br

Quando os primeiros pregadores da palavra de Deus nos recomendaram: "crescei-vos e multiplicai-vos" não sabiam o problema que isso acabaria nos causando. Quando Deus nos deu individualidades próprias, para que cada um se distinguisse dos demais, também não imaginava que poderíamos nos acostumar com tantas diferenças entre as pessoas.

A descoberta do pecado acabou permitindo que essas desigualdades se acentuassem ainda mais, já que há sempre aqueles que não se inibem frente ao ato de pecar para acumular vantagens ou prejudicar o próximo.

Apesar da população mundial estar ainda crescendo a taxas exageradas, alcançando-se hoje a enorme quantidade de cerca de 6 bilhões de pessoas no planeta, a sociedade tem encontrado maneiras de se aglutinar, em vez de se fragmentar. No passado éramos milhares de povos, religiões, idiomas e culturas, separados por diversos fatores que não apenas os geográficos.

Hoje, com a disseminação de padrões de cultura via meios de comunicação e com a globalização das informações, a queda de fronteiras tem reduzido as diferenças de credos, povos e raças, mas não tem sido capaz de reduzir as diferenças entre a qualidade de vida das pessoas. Apesar disso, a sociedade continua a tentar se agrupar em conjuntos com características afins, uma das quais se distingue pelo poder aquisitivo dos seus componentes, ou melhor, grupos de ricos e de pobres.

Nunca no Brasil tivemos tanta abertura, tanta democracia, tantas pessoas trabalhando formal ou informalmente, tanto potencial a conquistar e tantas desigualdades sociais. Por outro lado, nunca tivemos tão baixa auto-estima, com os "pecadores" sempre se deslumbrando com as facilidades para se conquistar riquezas, e os "não-pecadores" sempre ansiosos para saber quais dos pecadores serão crucificados temporariamente pela mídia, apesar de estarem conscientes que tudo "acabará em pizza".

Essa tem sido a tônica dos dias atuais, minando o nosso amor pelas coisas e pelas pessoas da nossa terra. Nossa baixa auto-estima e a enorme falta de determinação para conquistar oportunidades, típicas de nossa cultura, acabam colocando o País em ponto de espera, em ponto morto ou em marcha lenta, se preferirem. Acabamos nos acostumando com esse mundo do menos e com uma cultura reducionista, capazes de nos levar a con-

seqüências imprevisíveis. Seria tão difícil assim praticar uma política para o mais, para o desenvolvimento, compartilhando mais as riquezas e melhorando a felicidade da nação?

Nossas desigualdades são fruto de nossa própria forma de colonização (o que não é privilégio só nosso), sempre dando vantagens aos mais poderosos, aos senhores de engenho, aos "capitães hereditários", aos nobres etc. Aos mais fracos cabia oferecer a mão-de-obra, cada vez menos valiosa nos dias de hoje. Com a força do trabalho sendo substituída pela força do capital intelectual, essas diferenças tenderão a se tornar calamitosas e muito perigosas. Ao mesmo tempo que os pobres se angustiam com a falta de oportu-



nidades para ganhar seu sustento com empregos ou postos de trabalho dignos, a renda se avoluma junto aos mais poderosos. Isso acaba levando o Brasil à desconfortável posição de um dos países de maior concentração de renda do planeta. Observe-se que os 20% da população mais pobre são responsáveis por apenas 2,5% da renda nacional, enquanto os 20% mais ricos respondem por cerca de 70% dessa renda. As desigualdades devem ser ainda maiores, pois sabemos que as declarações de renda pecam em qualidade entre os muito ricos e também entre os muito pobres, até porque esses últimos tem muito pouco para declarar. Não é sem razão que os desequilíbrios se aceleram, e a miséria cresce. A grande humilhação desse nosso amado Brasil é sem dúvida alguma o enorme contingente de excluídos. Somos hoje um País de 165 milhões de brasileiros, dos quais cerca de 25 milhões tem renda média diária inferior a US\$ 1,00, ou seja, vivem na plena miserabilidade, conforme os padrões da ONU.

Logo, a desigualdade é a marca registrada da sociedade brasileira. Quando imaginamos que a família de um trabalhador florestal, que planta ou colhe florestas, deveria estar vivendo com seu saldo mensal de R\$ 250,00, podemos estimar a renda diária para cada membro de sua família, de quatro pessoas, como sendo equivalente a cerca de pouco mais de US\$ 1,00 diário, ou seja, no limite da miséria. Será que nos damos conta disso? Ou será que imaginamos o dano social e humano que causamos quando substituímos esse trabalhador por uma máquina? Apesar disso, o setor florestal e toda a indústria de base florestal está contribuindo e tem ainda muito a oferecer para melhorar a qualidade de vida de grande parcela da população que precisa de espaços para mostrar também o seu valor.

Os nossos 165 milhões de brasileiros estão pessimamente distribuídos geograficamente e se apinham em grandes cidades (80% da população é urbana). As migrações e o êxodo rural aceleraram essa

problemática. Na busca de oportunidades na cidade grande, milhões de brasileiros fugiram da pobreza rural para a miséria metropolitana. O êxodo rural conseguiu reverter uma posição de população tipicamente rural para população tipicamente urbana, em menos de 30 anos. Continuamos com a população crescendo cerca de 1,5% ao ano, tanto pelos nascimentos de novos brasileiros, como pela diminuição da mortalidade infantil ou aumento da longevidade dos idosos. Hoje, um bebê recém-nascido tem uma expectativa de vida média de 67 anos, em geral, no Brasil. No Estado do Rio Grande do Sul, com a melhor qualidade de vida do País, a expectativa é de 72 anos para os homens e 75 para as mulheres. Não entendo o porquê de as mulheres continuarem a querer casar com homens mais velhos, a não ser que tenham vocação assumida para viúvas.

Esse crescimento populacional corresponde à população da Costa Rica ou da Nova Zelândia, ou ligeiramente menos que o Uruguai (só que é nosso incremento AO ANO). O censo demográfico de 2000 deverá encontrar cerca de 5.500 municípios para inventariar, a grande maioria deles deficitários, incapazes de se auto-sustentarem. Nesses municípios se distribuem nossos 165 milhões de brasileiros, um dos maiores mercados do mundo. Ainda mais que o brasileiro é um consumidor nato, apesar de pobre. A inflação nos ensinou que "dinheiro na mão é confusão" ou queima. Logo, é melhor gastá-lo o quanto antes.

A vontade de estocar coisas ou de colecioná-las, mesmo que não precisemos, leva-nos a gastar o que temos e o que também não temos. Somos mau poupadores, por isso, um mercado atrativo para os que produzem bens de consumo. Como mercado, somos cobiçados por todas as grandes potências, muito mais até que pelas nossas decantadas reservas e riquezas naturais.

Estamos nos aproximando de um ponto que pode ser de não-retorno em termos de desequilíbrios sociais, caso não se faça algo urgentemente quanto a quebrar essas

diferenças. O papel da indústria e das instituições produtivas deve ser encarado como fundamental nesse processo, não apenas como fornecedoras de empregos, mas compondose com as instituições públicas e com a sociedade para encontrar soluções sustentavelmente adequadas. Com isso, elas estarão exercendo como nunca o que hoje muitas apregoam estar fazendo, definindo-se como empresas-cidadãs.

Para fins de reflexão sobre formas de encaminhar soluções, tomo a ousadia de propor algumas ações em programas que poderão ajudar e muito na solução desse problema. Gostaria de enumerar algumas metas desafiadoras mais que necessárias a serem trabalhadas:

Meta 1: Amplo programa educacional sobre controle da natalidade para conter o aumento populacional, principalmente junto às pessoas mais carentes da sociedade;

Meta 2: Reversão do processo migratório e de êxodo rural, incentivando políticas que favoreçam novas oportunidades de trabalho junto à agricultura e reflorestamento;

Meta 3: Adequação da educação brasileira às novas realidades da economia e da sociedade em rede. Infelizmente, ainda estamos na educação com base no giz e no quadro-negro, sendo que em muitas escolas e universidades, nem giz conseguimos encontrar para ministrar as aulas;

Meta 4: Desenvolvimento de amplo programa educacional no Brasil para valorização da QUALIDADE, da redução de desperdícios e do serviço bem-feito, para atender cada vez melhor aos clientes de toda a cadeia produtiva nacional;

Meta 5: Desenvolver amplo programa educacional para a sustentabilidade ambiental, inserindo nesse processo a variável social como de máxima importância;

Meta 6: Priorizar metas sociais nos planos estratégicos empresariais, com forte ênfase no desenvolvimento de indicadores de performance social;

Meta 7: Encontrar mecanismos para quebrar o perverso processo de concentração da renda nacional;

Meta 8: Estimular a participação empresarial nos planos de desenvolvimento regionais, fortalecendo as vantagens competitivas locais;

Meta 9: Estimular o empreendedorismo do cidadão para melhor utilização da poupança nacional. Exemplo interessante a ser difundido é o programa de treinamento do SEBRAE denominado "Brasil Empreendedor";

Meta 10: Desenvolver um comprometimento de participação empresarial nos temas de políticas públicas de desenvolvimento, estimulando a indústria a exercer um papel mais efetivo e menos passivo junto aos assuntos da nossa sociedade. Empresas são muito mais que fábricas geradoras de produtos e serviços, empregando alguma gente. Elas são entes vivos e dinâmicos de nossa sociedade.

Admitindo que os grandes problemas sociais do País se concentram hoje na metropolização, na crise do trabalho (falta de emprego e aparecimento de inúmeros tipos de trabalho precário) e na concentração da renda; como o setor produtivo poderá interferir positivamente na minimização desses problemas e na geração de oportunidades sociais? Há que se desenvolver consciência social dentro de nossos executivos que, como parte dessa mesma sociedade, devem se sentir ameaçados e impotentes, quando na verdade têm um enorme poder de colaboração nas soluções. Afinal, vencemos a inflação e conseguimos superar inúmeras crises macroeconômicas. Por que não seríamos igualmente competentes para solucionar o desafio de diminuir as disparidades sociais e regionais? Sabemos que o que se tem de fazer para melhorar a vida do genuinamente miserável e subdesenvolvido não sai muito caro. Devemos ainda lembrar que é possível ter dignidade na pobreza, mas é difícil conseguí-la na miserabilidade. Tampouco nossa meta deve ser a de apenas "dar comida" aos que vivem na miséria. Não é apenas com nutrição que resolveremos esse problema gigantesco. Obviamente o pobre não quer apenas o direito

de comer, como se pensa ao controlar e monitorar o preço da cesta básica.

É preciso educar e dar oportunidades a essas pessoas marginalizadas pela economia e até por nós mesmos diariamente. Suas necessidades básicas precisam ser atendidas, é claro. Entretanto, temos de usar toda nossa criatividade para gerar oportunidades e desafios de trabalho digno para esse enorme contingente de pessoas, ainda pouco qualificadas profissionalmente, e que estão, na verdade, na contramão das modernas tecnologias que valorizam a competência intelectual.



O caminho é difícil, as opções são árduas, mas de desafios sempre vivemos e temos vencido a maioria como seres humanos inteligentes que somos. Para um assunto como esse não é mais possível se falar em longo prazo. Isso já não existe, o prazo é para já. A mitigação da pobreza deve ser vista como prioridade número um da sociedade brasileira, essa mesma sociedade que deverá ajudar a criar o futuro da nação.

Não podemos ficar impassíveis frente às avaliações da ONU em seu mais recente relatório de desenvolvimento humano, que nos contemplam com a posição de número 74 no universo de 174 nações. Estamos alinhados com Líbia, Macedônia, Cazaquistão, Filipinas, Tailândia, Ucrânia. Na América Latina estamos muito abaixo da Argentina (35°);

Chile (38°); Uruguai (39°); México (55°); e até da Colômbia (68°), com todos os seus problemas sociais e políticos.

A distância que nos separa dos líderes é enorme (Canadá, Noruega, Estados Unidos, Austrália, Islândia e Suécia). Já seria uma vitória conseguir trazer o Brasil a uma posição como a de nossos Estados do sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), que se equiparam à Argentina, Uruguai e Chile nas pontuações do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O IDH é um índice composto de algumas variáveis, a saber: expectativa de vida ao nascer, taxa de alfabetização e matrículas escolares, PIB per capita. O relatório da ONU de 2000 apresenta dados correspondentes ao ano de 1998. Logo, a situação do Brasil tenderá a piorar no próximo relatório, já que com a desvalorização do Real em 1999, nossa renda per capita em dólares deverá diminuir bastante. Além do IDH, a ONU edita também o Índice de Pobreza Humana (IPH), cujos indicadores são relacionados à qualidade de vida e segurança da população. São eles: porcentagem da população que não sobrevive a mais de 40 anos de idade, taxa de analfabetismo entre adultos, porcentagem da população sem água potável e serviços de saúde, porcentagem de crianças subnutridas, porcentagem de pessoas em idade de trabalhar e que estejam sem trabalho há mais de 12 meses.

Se há desigualdades, se há indicadores e se há desafios, nossa função é encará-los e tentar minorá-los e melhorá-los. Temos muito mais pessoas fora da zona de pobreza, nunca tivemos tantos profissionais com ensino universitário e pós-graduação, nunca vivemos período tão vantajoso em nível de industrialização e competitividade etc. Também há anos não temos uma situação econômica estabilizada e pronta para o desenvolvimento. Ficar esperando por ajuda divina ou pelo governo é comodismo. Achar que não é nossa função é omissão. Logo, a solução é trabalhar, e muito. A propósito, algum voluntário? ▲